



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0133177-9

APELAÇÃO CRIMINAL

205

APELANTE: LUCIANO SEVERINO DOS SANTOS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS NOS AUTOS. DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA DE ACORDO COM O ACERVO PROBATÓRIO. ACOLHIMENTO DA TESE LEVANTADA PELA ACUSAÇÃO. ELEMENTOS DE CONVICÇÃO PRESENTES NO PROCESSO. PENA BEM DOSADA. OBSERVÂNCIA DO SISTEMA TRIFÁSICO. ALTERAÇÃO DE OFÍCIO DO REGIME INTEGRALMENTE PARA O INICIALMENTE FECHADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS. – À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO À APELAÇÃO INTERPOSTA.

1. Decisão do Conselho de Sentença respaldada pelo conjunto probatório presente nos autos, havendo tão somente rejeição da tese da esposada pela defesa.
2. A dosimetria da pena foi realizada de forma satisfatória e proporcional às circunstâncias em que ocorreu o delito em questão, tendo respeitado o sistema trifásico previsto no art. 68 do Código Penal.

- 254
3. Considerando a impossibilidade de fixação do regime integralmente fechado deve o apelante inicialmente cumprir a pena que lhe foi aplicada em regime fechado, sendo-lhe assegurado, desde que preenchidos os requisitos legais, a progressão de regime.

206

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0133177-9, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, e de ofício alterar o regime de cumprimento da pena para o inicialmente fechado, confirmando-se a sentença em seus demais termos, consoante o voto do Des. Relator

Recife, 03 de

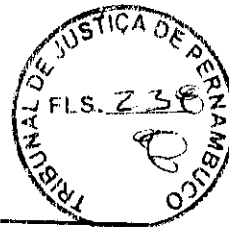
fevereiro

de 20 *10*.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0133177-9

APELAÇÃO CRIMINAL

207

APELANTE: LUCIANO SEVERINO DOS SANTOS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta por **LUCIANO SEVERINO DOS SANTOS**, em face da decisão do Conselho de Sentença da Vara Privativa do Júri Da Comarca de Vitória de Santo Antão - PE, que o condenou a pena de 13 (treze) anos de reclusão pelo crime tipificado no art. 121, §2º, incs. II e IV do Código Penal.

Relata a denúncia, de fls. 08/09, que no dia 12 de julho de 1996, por volta das 22:00h, o apelante e Robério José Gomes, mediante golpes de faca, ceifaram a vida da vítima Sebastião Ferreira da Silva no interior de sua residência no município de Vitória de Santo Antão.

Após regular processamento, o réu foi condenado pelo Conselho de Sentença à pena de 13 (treze) anos de reclusão a ser cumprida em regime fechado (fls.105/107).

Insatisfeito com a sentença, o réu interpôs a presente apelação (fls.174/178), pleiteando a realização de um novo julgamento, sob o argumento de que a decisão proferida pelo Conselho de Sentença encontra-se contrária às provas dos autos, posto que inexistem provas suficientes para embasar o decreto condenatório. Alega, ainda, que a confissão obtida durante a fase inquisitiva não pode servir de fundamento para a sua condenação uma vez que foi prestada por meio de violência e intimidação por parte dos agentes policiais. Por fim, reitera a tese da legítima defesa,

afirmando que nas circunstâncias em que ocorreu o fato o comportamento do apelante estaria amparado pela referida excludente de ilicitude.

208

O Ministério Público, nas contra-razões de fls. 210/211, defendeu a manutenção, em todos os seus termos, da Sentença proferida pelo juízo *a quo*, emanada do Conselho de Sentença, afirmando que não há qualquer contrariedade entre a decisão e as provas colhidas nos autos, acrescentando que o decreto condenatório se deu de forma consciente, justa e em consonância com os elementos de prova apresentados.

A Procuradoria de Justiça emitiu parecer às fls. 226/228, opinando pelo improvimento do recurso de apelação.

É O RELATÓRIO.

À Douta Revisão.

Recife, 05 de outubro 2009.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente e Relator





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0133177-9

209

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: LUCIANO SEVERINO DOS SANTOS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

REVISOR: Dês. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

LUCIANO SEVERINO DOS SANTOS, vulgo *Tiquinha*, interpôs o presente recurso de apelação contra sentença proferida pelo Tribunal do Júri da Comarca de Vitória de Santo Antão o qual o condenou pela prática da infração prevista no art. 121, §2º, inciso II e IV, do Código Penal, à pena de 13 (treze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime integralmente fechado.

O apelante foi levado a Júri, tendo o Tribunal Popular acatado a tese da Promotoria, condenando o apelante nas penas do homicídio qualificado por motivo fútil e circunstância que impossibilitou a defesa da vítima, rejeitada, portanto, a tese de negativa de autoria levantada pela Defesa.

Em suas razões recursais (fls. 172/175) o apelante alega que inexistem nos autos elementos que demonstrem a sua responsabilidade pela prática do crime em questão, defendendo a anulação da sentença ora guerreada por entender que se encontra contrária às provas colhidas ao longo da instrução criminal.

846

O representante do Ministério Público, em contra-razões (fls. 129), sustenta que a sentença exarada pelo Tribunal do Júri da Comarca de Vitória de Santo Antão merece ser confirmada, em todos os seus termos, posto que a materialidade, autoria, modo e motivo pelo que o crime foi praticado encontram-se fartamente comprovados nos autos, pugnando por seu improvimento.

210

Primeiramente, é de se esclarecer que a materialidade delitiva encontra-se suficientemente demonstrada através do auto de exame cadavérico de fl.16.

Quanto à autoria delitiva tem-se que igualmente, restou demonstrada através do conjunto de provas produzido tanto na fase inquisitiva quanto da fase judicial.

Por ocasião do inquérito policial a testemunha **Arnaldo Lira da Silva** assim se pronunciou:

"(...) QUE, ele declarante e o Cição foram até uma vendinha tomar umas caninhas e no meio do caminho ele falou que quem havia matado o Sebastião fora Robério e Tiquinha; Que, o Cição não chegou a dizer por qual motivo haviam matado o Sebastião; Que ele comentou eu tinha tomado conhecimento do fato através do Robério, mas que ele declarante não comentasse nada com ninguém (...)" (fl. 21).

O acusado Robério José Gomes, vulgo *Beirinho*, perante a autoridade policial assim afirmou:

(...) QUE, em dado momento, o Sr. Baixa foi deitar na cama dele e o Tiquinha foi e pulou em cima dele; QUE, de repente o Tiquinha pegou um facão e deu um golpe em seu Baixa; QUE, o Sr. Baixa ficou se debatendo e o Tiquinha ficou montado em cima dele e mandou que ele interrogado aplicasse também um golpe no mesmo; QUE, ele interrogado pegou uma faca que

estava em cima da mesa e deu um golpe em direção ao Sr. ²⁰⁷
Baixa, mas não sabe dizer se acertou, pois estava escuro e
ficou tremendo muito (...)" (fls.24/25).

Em seu depoimento prestado durante a fase inquisitiva o apelante
assim se pronunciou:

211

"(...) QUE, ele interrogado adianta que naquela noite do dia 12 do mês em curso, chegou na casa do Sr. Baixa sozinho; QUE, ele interrogado ficou lá com o Sr. Baixa conversando e posteriormente iria transar com o mesmo e aproveitar uma oportunidade para matar o mesmo, pois estava com raiva do Baixa; QUE ele interrogado alega que ficou com raiva da vítima em razão da mesma ter destratado sua mãe; QUE, o Beirinho chegou na casa do Sr. Baixa depois das 22:00 horas e ele interrogado ficou bebendo com o Beirinho; (...) QUE depois de beberem alguns tragos, o Baixa que não estava bebendo foi se deitar e ficou de bruços; QUE, ele interrogado aproveitou a oportunidade e pegou um facão de cortar cana e aplicou um golpe na nuca do Baixa; QUE ele interrogado nega que tenha mandado o Beirinho aplicar um golpe de faca na vítima; QUE, ele interrogado alega que depois que confirmou que a vítima estava morta cobriu a cabeça dela com o lençol e foi embora (...)" (fl. 26).

Verifica-se através dos depoimentos acima transcritos que não há dúvidas acerca da responsabilidade do apelante pela prática do delito que vitimou SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA, ceifando-lhe a vida.

Por ocasião de seu interrogatório realizado perante a autoridade judicial o apelante confirmou sua versão retratada no inquérito policial, assim afirmando:

"(...) Que conhecia a vítima e tinha tido um desentendimento com ela, cerca de dois meses atrás, uma vez eu a mesma

958

queria ter relacionamento sexual com o acusado e ele não aceitou; que posteriormente soube que o mesmo estava desmoralizando ele, bem como, a mãe dele acusado, por esta razão, decidiu ir tirar a vida da vítima e no dia do fato foi até a casa do mesmo, comeu e posteriormente deu-lhe um golpe certo com uma facão da própria vítima; que efetuou o golpe na nuca do mesmo; que quando ainda estava na casa da vítima e já tinha desferido o golpe fatal ali chegou Rogério" (fls. 50). 212

Verifica-se através dessas declarações que não há dúvida acerca da responsabilidade do apelante com relação à morte da vítima, percebendo-se de forma clara que o acusado planejou e executou friamente o delito que pôs termo à vida de Sebastião Ferreira da Silva.

Não há como prosperar a alegação da defesa de que a confissão feita perante a autoridade policial encontra-se eivada de ilegalidade por ter sido obtida através de intimidação e violência por parte da referida autoridade, tendo em vista em que nenhum momento processual ficou demonstrada tal irregularidade, estando, inclusive, a referida declaração em sintonia com o depoimento prestado pelo apelante perante a autoridade judicial por ocasião da primeira fase instrutória.

Por ocasião de seu julgamento perante o Tribunal do Júri o apelante, em uma tentativa de se livrar da responsabilidade pela morte da vítima, modifica seu depoimento, levanta a tese da legítima defesa a qual não encontra amparo nos demais elementos de provas trazidos ao processo, os quais demonstram que o apelante executou o crime em questão de forma fria e deliberada. Vê-se, diante disso, revelada a fragilidade de seus argumentos, os quais além de divergirem completamente das declarações prestadas anteriormente pelo apelante, não guardam qualquer sintonia com o acervo probatório presente nos autos.

O que se vê com clareza quando se analisa o conjunto de provas produzido ao longo de toda a instrução criminal é que os elementos de provas colhidos na fase judicial corroboram com as evidências trazidas aos autos através das investigações policiais, notadamente quando não há qualquer demonstração

acerca das alegações de prática de atos de violência por parte dos policiais responsáveis pelos atos investigatórios. 289

213

Desta forma, de acordo com o acervo de provas presentes nos autos, notadamente os depoimentos acima descritos, vê-se que a decisão acatada pelo Conselho de Sentença não afronta as provas carreadas aos autos, estando, ao revés, devidamente lastreada nos elementos probatórios constantes do presente processo.

É cediço que, só se considera como decisão manifestamente contrária à prova dos autos aquela que se afasta por completo dos elementos presentes no processo, caracterizando-se como criação mental dos jurados.

Assim é que o julgamento proferido pelo Júri só deve ser anulado diante de uma decisão manifestamente dissociada do conjunto probatório. Nesse sentido, é ilustrativo o seguinte entendimento jurisprudencial, que colaciono.

“É pacífico, hoje, que o advérbio ‘manifestamente’, usado pelo legislador no art. 593, III, d, do CPP, dá bem a idéia de que só se admite seja o julgamento anulado quando a decisão do Conselho de Sentença for arbitrária, por se dissociar inteiramente da prova dos autos. E não contraria esta a decisão que, com supedâneo nos elementos de convicção deles constantes, opte por uma das versões apresentadas” (TJSP – AC – Rel. Álvaro Cury – RT 595/349)”.

Quanto ao julgamento do apelante perante o Tribunal do Júri Popular, não existe qualquer reparo a ser procedido, pois os jurados ao proferirem o julgamento, agiram em conformidade com as provas produzidas tanto na fase inquisitiva quanto na fase judicial, inexistindo, portanto, qualquer contradição na decisão do Conselho de Sentença, posto que foi baseado no que consta dos autos.

Observa-se que qualificadora do motivo fútil restou coerentemente demonstrada no bojo dos autos, tendo em vista que o apelante praticou o delito em questão devido ao fato de a vítima ter destratado ele e sua genitora. Tal

circunstância comprova que o crime foi praticado por motivo leviano, o que demonstra a grande desproporção entre a motivação e o delito, ficando perfeitamente caracterizada a qualificadora prevista no inc. II, § 2º, art. 121, do CP.

214

A qualificadora da circunstância que tornou impossível a defesa da vítima também ficou demonstrada pela prova testemunhal, pois a vítima foi morta quando se encontrava deitada de bruços de modo que lhe foi inviabilizado qualquer meio de defesa.

Em análise à questão da redução da pena atribuída, observo que o MM. Juiz ao proceder à dosimetria da pena analisou satisfatoriamente as circunstâncias judiciais previstas no art. 59, concluindo que algumas são desfavoráveis ao apelante, fixando a pena-base acima do mínimo legal, em 14 (catorze) anos de reclusão. Em sequência, diante da existência de atenuante reconhecida pelo Conselho de Sentença e ausência de agravante, corretamente, fixou a pena em 13 (treze) anos. Finalizando o sistema trifásico recomendado pelo art. 68 do CPB e a minguada de causas de aumento e diminuição, tornou a pena definitiva em 13 (treze) anos de reclusão, o que considero suficiente para atender às finalidades punitiva e preventiva da pena.

Deste modo, vê-se que a pena aplicada em desfavor do apelante foi bem dosada e individualizada, sendo a reprimenda fixada dentro dos parâmetros legais, obedecendo a todo o sistema trifásico traçado pelo Código Penal.

Ressalte-se, porém, que o regime de cumprimento da pena fixado na sentença ora ataca foi o integralmente fechado o qual não é mais admitido no ordenamento jurídico brasileiro, motivo pelo qual, de ofício, fixo como regime inicial de cumprimento da pena o fechado, podendo o acusado, dessa maneira, desde que preenchidos os requisitos legais ser beneficiado com a progressão de regime.

Diante do exposto, vê-se que os jurados, ao responderem o questionário formulado, decidiram de conformidade com as provas apresentadas durante a instrução do processo, estando a sentença, ora combatida, em conformidade com todo o acervo probatório formado nos autos, não havendo motivo

para reparo na condenação e na penalidade aplicada, apenas alterando-se regime de cumprimento da pena para o inicialmente fechado.

215

Posto isso, meu voto é no sentido de **negar provimento à apelação**, mas, no entanto, de ofício, alterar o regime de cumprimento da pena do integralmente para o inicialmente fechado, mantendo-se a decisão proferida pelo Conselho de Sentença da Comarca de Vitória de Santo Antão em seus demais termos.

É COMO VOTO.



216

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0133177-9

APELANTE : LUCIANO SEVERINO DOS SANTOS
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : MARCO ANTONIO ACABRAL MAGGI
REVISOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-1ª VARA CRIMINAL
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : GUSTAVO AUGUSTO R. LIMA

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por Luciano Severino dos Santos contra a sentença de fls. 111/113, que com base na decisão do Tribunal do Júri, o condenou a pena definitiva de 13 (treze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime integralmente fechado, pela prática do delito capitulado no art. 121, §2º, incisos II e IV do Código Penal.

A defesa apresentou razões recursais às fls. 172/175, alegando que a decisão do Conselho de Sentença é contrária a prova dos autos, sob o argumento de que não há prova que indique ser o apelante autor do delito, haja vista sua confissão no inquérito ter sido obtida mediante tortura. Pugna, ao final, pela submissão do apelante a novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

O representante ministerial apresentou contra-razões às fls. 209/211 contrariando os argumentos da defesa, requerendo, ao final, o improvimento do apelo.

A Procuradoria Criminal, pelo Procurador de Justiça, Gustavo Augusto R. Lima, ofertou parecer às fls. 226/228, opinando pelo improvimento do recurso.

Pois bem:

Narra a denúncia que no dia 12 de julho de 1996, por volta das 22:00 horas, no município de Vitória de Santo Antão, o apelante Luciano Severino dos Santos e seu comparsa Robério José Gomes, mediante golpes de facas assassinaram a vítima



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

217

Sebastião Ferreira da Silva no interior de sua residência, conforme auto de exame cadavérico de fls. 16.

Examino:

A materialidade delitiva é incontroversa, encontrando-se comprovada pelo auto de exame cadavérico de fl. 16.

A autoria delitiva encontra-se comprovada nos autos. O apelante Luciano Severino dos Santos, vulgo tiquinha, confessou a prática do crime tanto na fase inquisitorial como em Juízo.

Na polícia o recorrente, assim se expressou às fls. 20:

*"Que ele interrogado alega que ficou com raiva da vítima em razão da mesma ter detratado sua mãe(...) **que ele interrogado aproveitou a oportunidade e pegou um facão de cortar cana e aplicou um golpe na nuca do Baixa(..)(fls. 26)***

Em Juízo, às fls. 50, o apelante afirmou:

*" que posteriormente soube que o mesmo estava desmoralizando ele, bem como, a mãe do acusado, por esta razão decidiu ir tirar a vida da vítima **e no dia do fato foi até a casa do mesmo, comeu e posteriormente deu-lhe um golpe certeiro com um facão da própria vítima;** que efetuou o golpe na nuca do mesmo(...)*

Dessa forma está clara a responsabilidade do apelante pela morte da vítima. Além disso, a alegação de tortura, não comprovada, por si só, não tem o condão de afastar a credibilidade da confissão extrajudicial, especialmente quando corroborada pelas demais provas, isto é, o valor probatório da confissão deve ser aferido em uma análise conjunta com os demais elementos de prova presentes nos autos.

A testemunha Arnaldo Lira da Silva afirmou perante a autoridade policial que:



218

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

"(..)ele declarante e o Ciço foram até uma vendinha tomar umas caninhas e no meio do caminho, **ele falou que quem havia matado o Sebastião fora o Robério e Tiquinha(..)**" (fls.21)

Na fase instrutória, a testemunha José Rodrigues da Silva contou em Juízo às fls. 61:

"que no sábado seguinte ao fato, à tarde, estava na casa do seu cunhado "Biu Tito", quando ali chegou Robério e contou a ele **que quem tinha feito o serviço com Sebastião tinha sido ele e Luciano; que ambos estavam na casa da vítima, bebendo e resolveram mata-lo**"

Durante o julgamento em Plenário do Júri, o apelante inovou sua tese de defesa alegando que teria agido sob o manto da excludente de ilicitude, ou seja, legítima defesa. Contudo tal argumento não encontra respaldo no conjunto probatório que demonstra ter sido a vítima atacada quando estava nua, distraída e desarmada.

Além do mais, da análise dos depoimentos fica claro a existência da qualificadora de futilidade do motivo, pois a motivação foi banal, qual seja a vítima ter 'destratado' o recorrente e sua mãe. Reconhece-se também a impossibilidade de defesa da vítima, já que pela prova testemunhal ficou evidenciado que a vítima foi morta quando estava deitada de bruços.

Cumprе ressaltar, também, que no Júri prevalece o princípio da decisão por ínfima convicção, não se exigindo precisão técnica e certeza características do juízo togado singular.

In casu, o Conselho de Sentença optou pela tese esposada pela acusação em juízo, que guarda sintonia com o conjunto probatório.

Não se admite a submissão a novo julgamento pelo Tribunal Popular quando o veredicto do Conselho de Sentença fundar-se em uma das versões apresentadas em plenário. Para novo julgamento se faz necessário que a sentença seja manifestamente contrária às provas dos autos. Entendimento diverso afrontaria o caráter soberano inerente ao veredicto do Tribunal do Júri, previsto no artigo 5º, XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal.



219

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Ressalto que a possibilidade de anulação do julgamento prevista no art. 593, III, alínea "d", do Código de Processo Penal, opera-se exclusivamente quando o Conselho de Sentença decide arbitrariamente, dissociado de toda e qualquer evidência probatória. Como visto, não é o caso dos autos.

A propósito, trago a colação o seguinte julgado:

EMENTA: JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA REJEITADA. CONDENAÇÃO. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. ÁLIBI. PROVA. **Não se constitui decisão contrária à prova dos autos aquela em que os jurados rejeitam a tese de negativa de autoria, com apoio no contexto probatório, escolhendo uma das versões apresentadas, prevalecendo para o Júri o princípio da decisão por íntima convicção. A afirmativa de álibi exige a comprovação por quem alega negativa de autoria. (...). APELO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROVIDO. APELO DEFENSIVO DESPROVIDO. (Apelação Crime Nº 70012119707, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em 15/09/2005).**

A pena aplicada não merece reparo. Analisando os autos verifica-se que a magistrada analisou e valorou as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, bem como justificou a pena aplicada. Foi obedecido o disposto no artigo 68 do CPB, havendo a separação em três fases distintas, com a necessária fundamentação para cada uma delas.

No que tange ao regime de cumprimento da pena, verifico que o fixado pela magistrada foi o integralmente fechado. Entretanto, com o advento da Lei 11.464/07 foi alterada a redação do §1º, artigo 2º da Lei nº 8.072/1990 que trata dos crimes hediondos, passando a estabelecer o regime como inicialmente fechado. Dessa forma altero o regime de pena de integralmente fechado para o inicialmente fechado.

Isto posto, nego provimento ao apelo, mantendo-se a sentença recorrida em todos os seus termos, retificando de ofício, no entanto, o regime de cumprimento da pena do integralmente para o inicialmente fechado.

É como voto.

Recife, 21 de dezembro de 2009.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Revisor